



9º Simposio de Ensino de Graduação

O OUTRO LADO DA CRISE DE 1929

Autor(es)

MONIQUE KARINE GOMES

Co-Autor(es)

SAMIRA DE OLIVEIRA RODRIGUES

Orientador(es)

GESSÉ MARQUES JUNIOR

1. Introdução

Durante quase um século, a produção cafeeira tem sustentado a economia brasileira. Baseada em capital estrangeiro, ela se desenvolveu rapidamente no Brasil, explorando suas vantagens comparativas. Com a quebra da Bolsa de Valores de New York, em 1929, os empréstimos externos foram suspensos, prejudicando toda a economia brasileira. Esse acontecimento obrigou o Brasil a investir intensamente em outros setores da economia e diversificar sua pauta de exportação. As mudanças de origem econômica se ampliaram para as áreas social e política.

2. Objetivos

Apontar os impactos econômicos sofridos pelo Brasil, com a crise de 1929, e analisar os benefícios que o país obteve através desse desequilíbrio econômico internacional.

3. Desenvolvimento

O pilar da economia brasileira

Primeiramente, o café é uma planta, que, por ser delicada precisa de um solo especial, com chuvas regulares, sendo sensível á geadas e excesso de calor para começar a sua produção (PILETTI, 1996). O que fez com que se adaptasse bem ao Brasil foram os recursos naturais propícios ao cultivo agrícola, se especializando na plantação cafeeira nas regiões Sul e Sudeste.

O aumento da demanda de café na Europa e nos Estados Unidos e o fim da cultura cafeeira em Java - devido a uma praga -, e no Haiti - por levantes de escravos -, fez com que o Brasil se transformasse no maior fornecedor mundial, desde 1840 (DICIONÁRIO DE ECONOMIA, 1985).

Segundo Boris (2008), a Primeira República é conhecida como a época do café, por três estados: São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, que comandaram a política econômica no período de formas diferentes.

Então, o produto mais importante da economia brasileira, o café, liderava a política econômica da República Velha. Isso fez com que as indústrias sofressem com a Política de valorização do café, pois o Governo mantinha baixo o valor da moeda, para trazer lucros aos fazendeiros, mas ao mesmo tempo, encarecendo máquinas, equipamentos importados, e prejudicando-as (FERREIRA, 1990).

A Política de Valorização do Café

No final do século XIX, o Brasil já era responsável por três quartos das exportações mundiais. Toda a demanda de café era suprida, explorando suas vantagens comparativas. Como base, o setor cafeeiro girava toda economia brasileira e, como num círculo vicioso, a única alternativa para que ela continuasse ativa, seria o reinvestimento dos recursos obtidos com a produção de café no próprio setor (LACERDA et. al., 2010).

De modo geral, pode dizer que, a economia agroexportadora (voltada à exportação) afeta diretamente o desenvolvimento do país. Nas fases de ascensão dos preços, esses impactos são positivos: há aumento de lucro e boa parte deles é reinvestida no próprio setor. Consequentemente há aumento da produção, emprego, renda e consumo. Todavia, com a queda dos preços, o inverso ocorre, comprometendo todo o sistema econômico (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETTO JÚNIOR, 2009).

Para sustentação dos preços do café, Furtado (1980) destaca que o Estado utilizava o mecanismo da desvalorização cambial. Mas, após uma depressão no mercado mundial, em 1897, esse mecanismo se fazia impraticável, porque encarecia as importações e aumentava a dívida externa brasileira.

Piletti (1996) conta que, para solucionar o problema, os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, reunidos em Taubaté, São Paulo, firmou o Convênio de Taubaté, em 1906, com o objetivo de valorizar o café por meio de várias medidas. Para financia-las, poderiam ser obtidos créditos no exterior, até o limite de 15 milhões de libras esterlinas. O governo federal (a União, ou seja, o país) seria o fiador, garantindo o pagamento dos empréstimos.

As determinações desse Convênio trariam amplos benefícios à produção cafeeira do Brasil. Nas crises de superprodução, as medidas tomadas por ele evitaram a queda no preço internacional do produto. (FERREIRA, 1990).

Iglésias (1994) considera “a medida ousada para a época, de crença liberal”. Sob ideais ortodoxos, o papel do Estado na economia era limitado, mas, no momento de crise do principal produto agroexportador, ele não teve outra opção para manter a economia brasileira funcionando. Precisou concentrar recursos em um único setor, por meio de empréstimos estrangeiros, a fim de sustentar o preço do café, atitude que eliminou possibilidades competitivas.

Schmidt (1997) relata que, entre 1921 a 1923, para continuar com a política de valorização do café, Epitácio Pessoa, o presidente do Brasil, emitiu mais moeda na economia, provocando uma grave inflação. Em 1924, diante da situação, os banqueiros ingleses, já percebendo o erro, trataram de avisá-lo que tal atitude acabaria arruinando as finanças do Estado, e não receberiam de volta o dinheiro que haviam emprestado. Como a União temia por isso, abandonou sua posição de fiador e deixou tudo em mãos do governo de São Paulo que estava à frente em defesa dos interesses da oligarquia cafeeira.

Adotando um esquema de valorização permanente, criou-se, em São Paulo, o Instituto do Café, cujas funções são controlar inteiramente o comércio exportador do produto, regulando as entregas ao mercado e manter o equilíbrio entre oferta e procura, sem intervenção no mercado (como era em 1906). Tanto o Instituto como o plano de valorização era de iniciativa paulista e só englobavam o café e o comércio de São Paulo. Mas, essa atitude abriu portas para a especulação, que estimulava a produção excessiva do café (PRADO JÚNIOR, 1998).

Uma breve retrospectiva

A crise de 1929 está ligada aos últimos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), cujos motivos foram à disputa por novos mercados na África e na Ásia; concorrência econômica entre os países imperialistas, destacando-se a Inglaterra e a Alemanha; e movimentos nacionalistas, que estimulavam a expansão colonial. A partir dessa guerra, os Estados Unidos tornou-se a potência mundial. (CAMARGO, 2005).

De acordo com Santos (1977), os Estados Unidos aproveitaram o momento de conflito entre os países, principalmente na Europa, para obter altos lucros, atuando como fornecedor de produtos e capitais e ocupando o lugar dos países europeus, na disputa por mercados. Nadai e Neves (1979) explicam que, “durante a guerra, os Estados Unidos foram responsáveis por 85% da produção mundial de automóveis, 66% da extração de petróleo, 60% da de cobre e alumínio, 52% da de carvão e 40% da de fundição de ferro e de aço”. No final da guerra, eles se transformaram no maior centro financeiro do mundo, armazenando a metade das reservas de ouro existentes. Com esse poder, New York se tornou a capital mundial dos negócios, substituindo Londres.

A circulação dos capitais no mundo era intensa, e essa mobilidade possibilitava a prosperidade. No entanto, a mesma determinava entre as economias uma interdependência que poderia tornar-se perigosa, caso houvesse uma crise (SISTEMA ANGLO DE ENSINO, 1982).

No auge da prosperidade, a inesperada crise sobreveio. Em 24 de outubro de 1929, a especulação, que tinha atingido o auge e, por isso mesmo, havia criado um clima de desconfiança e insegurança, fez com que 13 milhões de ações fossem vendidas, provocando uma baixa sem precedentes, e o pânico da “quinta-feira negra.” Ocorre então o famoso crack da Bolsa de New York, o termômetro da economia americana. Resultados: falência de numerosas empresas e bancos; três milhões de desempregados seis meses mais tarde e um décimo da população total, em 1932; queda do poder de compra e superprodução; desordem social e grandes alterações políticas; e desorganização do mercado mundial. (KOSHIBA; PEREIRA, 1979).

O preço da dependência

Quando ocorreu a crise mundial de 1929, a cafeicultura brasileira encontrava-se em situação de risco: no período de 1925-1929, a produção crescera quase 100%, mas as exportações eram estáveis. Por se tratar de uma atividade colonial, não havia uma demanda compatível com a oferta, ocasionando superprodução. Para Furtado (1980), a política de valorização do café, ao tentar sustentar os preços deste produto, só agravava mais esse desequilíbrio.

Costa e Mello (1993) relatam que as empresas estrangeiras passaram a recolher seus investimentos no exterior, reduzindo mais as reservas monetárias dos países dependentes, e a política de valorização, ficou comprometida. Ao mesmo tempo, os preços do café

desabavam no mercado internacional. Não só os cafeicultores foram prejudicados, mas também os produtores de outros produtos agrícolas de exportação, como o açúcar, cacau, e algodão.

Os impactos sociais foram gravíssimos. Figueira (2006) explica que, com a crise de 1929, houve quebra de vários bancos e, conseqüentemente, a falência de muitas indústrias que, sem condição arcar com os gastos salariais, demitiram milhares de empregados, que já viviam sob o poder da oligarquia. Inevitavelmente, aumentou a contestação popular por meio de greves da classe trabalhadora contra o poder dos coronéis, para melhores condições de vida e trabalho.

Fausto (2008) declara que, após essa desordem econômica e as mudanças políticas no Brasil e na Europa, houve a redução significativa do ingresso de imigrantes como força de trabalho na produção agrícola.

De acordo com Pedro (1997), os cafeicultores, na tentativa de continuar defendendo o setor, recorreram ao Governo Federal do paulista Washington Luís (1926-1930), que recusou intervir em favor da oligarquia cafeeira, revoltando grande parte dos cafeicultores, que passaram a fazer oposição ao presidente.

Essa revolta aumentou durante as eleições de 1930, quando houve desentendimento para indicar o sucessor de Washington Luís. Isso porque a oligarquia paulista apoiava Júlio Prestes e a mineira queria o governador Antonio Carlos Ribeiro de Andrade. Cotrim (1999) aponta essa discordância como a causa do rompimento do acordo “café-com-leite”. Enquanto a disputa ocorria, a oposição uniu-se ao Rio Grande do Sul - a principal força política da oposição -, criaram a Aliança Liberal, indicando Getúlio Vargas e João Pessoa para presidente e vice-presidente do país.

Figueira (2006) ainda relata que, apesar da simpatia de Getúlio Vargas ter atraído às classes trabalhadoras e conseguido o apoio dos tenentes e do Partido Democrático de São Paulo, foi derrotado nas eleições devido à corrupção eleitoral, em março de 1930. A situação se agravou quando, o candidato à vice-presidente de Getúlio, João Pessoa, foi assassinado no Recife. Esse foi o estímulo que faltava para a revolução eclodir, ao mesmo tempo, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, ampliando-se por todo o país. Se finda a República Velha.

O sistema exige mudanças

A crise de 1929, não ocasionou apenas mudanças econômicas. Segundo Pereira (1994), é impossível limitar-se a análise do desenvolvimento do Brasil após esse fato, apenas do ponto de vista econômico, uma vez que todos os setores do país estavam interligados.

A crise da economia cafeeira estimulou o avanço da industrialização, que já havia se iniciado já nas décadas finais do século XIX. O país iniciou o processo de substituição de importação (PSI), iniciando a produção de bens de consumo não duráveis como alimentos e tecidos, ampliando-se para a de consumo duráveis e de capital. De país agrário, o Brasil se desenvolveria, a ponto de abrigar uma sociedade de base urbano-industrial (LACERDA et. al., 2010).

As mudanças políticas e sociais iniciam-se na Era Vargas, com a revolução de 1930. Politicamente, houve transformações no processo eleitoral. Camargo (2005) explica que, a partir desse momento, as mulheres teriam liberdade de voto e esse seria secreto e universal, substituindo a compra de votos, troca de favores e a fraude eleitoral.

O novo presidente, preocupado com a harmonia socioeconômica do país, criou dois novos ministérios: o da Educação e Saúde e o do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo o último o responsável pela maior mudança estabelecida em relação aos trabalhadores. Como o país sofria com greves, ele garantiu aos trabalhadores uma série de benefícios. Dentre eles, estão o estabelecimento do salário mínimo regional; regulamentação da jornada de trabalho em oito horas, com um dia de descanso semana; férias anuais remuneradas e proibição ao trabalho infantil (FERREIRA; FERNANDES, 2005).

4. Resultado e Discussão

Com a quebra da Bolsa de Valores de New York, cessou a entrada de capitais externos no Brasil, deixando o governo sem recursos para movimentar o sistema. Notando a grande fragilidade de suas bases econômicas, o Brasil passou investir em outros setores, por meio de processo de substituição de importações. Sem recursos externos, ele financiou todo o processo, centralizando em suas mãos tanto as decisões econômico-financeiras, como as políticas, além protegendo a indústria nacional de concorrência estrangeira. Com essa intervenção governamental, a indústria foi se diversificando e diminuíram as necessidades de importação em relação ao abastecimento interno. .

5. Considerações Finais

Direta ou indiretamente, todos os países foram atingidos de tal forma que não havia para quem pedir ajuda. A única solução foi superar as perdas e analisar o(s) motivo(s), na tentativa de evitar o erro novamente. Apesar de, em quase meio século, o Brasil ter investido em uma economia agroexportadora, com base praticamente em um produto, isso não foi a principal causa para tantos

transtornos com a quebra da Bolsa de Valores. O real motivo foi o Estado apoiar o desenvolvimento econômico brasileira em capital externo. Mas, analisando tal fato, conclui-se que ele foi útil e necessário, pois, através dele, o Brasil se tornou essa economia forte que se vê atualmente, apesar de ainda estar em processo de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- CAMARGO, N. J. de. (Org.). Biblioteca de Ensino Fundamental e Médio. São Paulo: Didática Brasil, 2005.
- COSTA, L. C. A.; MELLO, L; I; A. História do Brasil. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1993. p. 239-240.
- COTRIM, G. História e consciência do Brasil - 2º grau. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 267-268.
- DICIONÁRIO de Economia. São Paulo: Nova Cultura.1985
- FAUSTO, B. Historia concisa do Brasil. São Paulo: Editora USP, 2008. p. 150-153.
- FERREIRA, J. P.; FERNANDES, L. E. O. Nova história: ensino médio: volume único. São Paulo: Campanha da Escola, 2005.
- FERREIRA, O. L. Historia do Brasil: República Velha (1189 – 1930). São Paulo: Ática. p. 254-255.
- FIGUEIRA, D. G. História. São Paulo: Ática, 2006. p. 319-322.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 17. ed. São Paulo: Nacional, 1980. p. 177-203.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A, S. de.; TONETO JUNIOR, R. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IGLÉSIAS, F. História geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 1994. p. 261-262.
- KOSHIBA, L.; PEREIRA, D. M. F. História da América. 2. ed. São Paulo: Atual, 1979. p. 79-84.
- LACERDA, A. C. de. et. al. Economia brasileira. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 68-71.
- NADAI, E.; NEVES, J. História da América. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1979. p. 225-257.
- PEDRO, A. História da civilização ocidental: geral e do Brasil, integrada. São Paulo: FTD, 1997. p. 308-309.
- PEREIRA, L. C. B. Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 19.
- PILETTI, N. História do Brasil. São Paulo: Ática, 1996.
- PRADO JÚNIOR, C. História econômica do Brasil. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- SANTOS, M. J. V. História Geral: 1º grau. São Paulo: Ática, 1977. p. 241-245.
- SCHMIDT, M. F. Nova história crítica do Brasil: 500 anos de história mal contada. São Paulo: Nova Geração, 1997. p. 282.
- SISTEMA ANGLO DE ENSINO. História Geral II. São Paulo: Marco, 1982. p. 37-93.